



**IV SINGEP**

**Simposio Internacional de Gest3o de Projetos, Inova3o e Sustentabilidade**  
**International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability**

ISSN: 2317 - 8302

# **A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**JAMILA EL TUGOZ**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
jamil\_eltugoz@hotmail.com

**SANDRA MARA STOCKER LAGO**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
smstocker@uol.com.br

**LORENI TERESINHA BRANDALISE**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
lorenibrandalise@gmail.com



## **A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR**

### **Resumo**

Este artigo teve como objetivo traçar o perfil da pesquisa científica sobre a relação entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Esta é uma pesquisa descritiva, em que foi adotado procedimento documental. Foram pesquisados periódicos nacionais e internacionais e portais de dissertações e teses nacionais. Foram selecionados 52 trabalhos nacionais e 21 trabalhos internacionais. Nos trabalhos internacionais, o tema de destaque foi o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, enquanto que nos trabalhos nacionais destacou-se a influência e importância das políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar. Os resultados ressaltam a característica multitemática do assunto, e que houve um aumento no número de publicações a partir de 2009, ano de decreto da Lei nº 11.947/2009, que previu alterações no repasse de recursos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE. Dessa maneira, pode-se concluir que a agricultura familiar é um setor que apresenta relações estreitas com o Estado, principalmente no âmbito de políticas públicas e que esse assunto tem recebido atenção nas pesquisas científicas, o que demonstra uma sintonia das universidades com a nova agenda de desenvolvimento nacional.

**Palavras-chave:** PNAE; Agricultura familiar; Desenvolvimento sustentável

### **Abstract**

This article aims to outline the profile of scientific research on PNAE (National Program of Feeding Programme) and relate it with the sustainable development of family farming and organic production. It was applied in this work, a descriptive research, which was adopted documentary procedure. National and international journals and national portals of theses and dissertations were searched. It was selected 31 national and 20 international papers. In international ones, the prominent theme was the sustainable development of family farming, while national studies highlighted the influence and importance of public policies in the development of family farming. The results of the analyzes carried out show that the vast majority was written by three or more researchers, including authors from different areas, highlighting cross-thematic characteristic of the subject. The results also showed an increase in the number of publications from 2009, year of the Decree of Brazilian Law nº11.947/2009, which amends the transfer of funds by the FNDE (National Fund of Education Development) for the National School Feeding Program (PNAE). Thus, it is concluded that family farming is a section that has close relations with the state, mainly in the framework of public policy and that this subject has received attention from universities demonstrating a accordance between universities and the new national development agenda.

**Keywords:** PNAE; Family farming; Sustainable development; Organic product.



## **1 Introdução**

A alimentação escolar está presente na maioria dos municípios brasileiros, incluindo todos os municípios do estado do Paraná, mostrando-se como importante instrumento de política pública para o desenvolvimento sustentável local (Melão, 2012).

O direito das crianças e adolescentes de receberem alimentação escolar gratuitamente nas escolas públicas, é assegurado pelo repasse financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE prevê a transferência de recursos financeiros às escolas públicas, destinados à aquisição de gêneros alimentícios para o oferecimento da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação infantil (em creches e em pré-escolas) e no ensino fundamental das escolas da rede pública, que constem no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano anterior ao atendimento da Lei (Lei n. 11947, 2009).

A Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar, consolida o vínculo do PNAE com a Agricultura Familiar (AF), visto a determinação de que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. Além disso, determina-se que, sempre que possível, os empreendedores familiares rurais devem priorizar a produção dos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (Lei n. 11947, 2009).

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar apresenta inúmeras vantagens. Para o produtor, a Lei mostra-se uma alternativa no combate à pobreza rural, estimulando a sua economia. Aos alunos é garantida a segurança alimentar por meio de alimentos saudáveis. Já o comprador pode contar com um mercado crescente de produtos diversificados e saudáveis (Ministério da Educação [MEC], Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE], 2014).

Dentro desse contexto, o objetivo principal deste trabalho é traçar o perfil da pesquisa científica sobre a relação entre o PNAE e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e da produção orgânica. Para tanto, foi realizada uma análise de estudo bibliográfico, ou seja, uma revisão sistemática da literatura publicada a respeito deste tema.

Um estudo deste tipo, conhecido como meta-análise, é um dos métodos para mapear e conhecer trabalhos acadêmicos com o intuito de avaliar a produção científica e incentivar a reflexão desses trabalhos e da área em questão, possibilitando a obtenção de um maior conhecimento em relação ao tema proposto, e servindo de suporte para que haja uma possibilidade cada vez maior de avanço no desenvolvimento científico (Melo & Andreassi, 2010).

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Histórico do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve o seu marco constituinte em 1955, quando foi assinado o Decreto nº 37.106 e foi implantada no Brasil a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação (MEC). A partir de ações assistencialistas do governo federal, o objetivo específico da campanha era a incorporação de hábitos alimentares saudáveis e de condições nutricionais adequadas (Melão, 2012; Chaves, Santana, Gabriel & Vasconcelos, 2013).

Em 1983, após alterações no nome e na vinculação institucional do PNAE, a Fundação de Assistência ao Estudante em conjunto com o Ministério da Educação (FAE/MEC)



encarregou-se do gerenciamento do Programa, tendo estimulado o início do processo de municipalização/descentralização do mesmo. A FAE foi extinta em 1997 e seus programas foram incorporados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao MEC, que apresenta como principal atividade a assistência financeira a projetos e programas da educação básica das escolas públicas (Peixinho, Abranches & Barbosa, 2010).

O PNAE é o programa socioeducacional brasileiro com mais longa história no campo de segurança alimentar e nutricional e, dentre suas diretrizes, deve apoiar o desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local (Chaves *et al*, 2013; Peixinho, 2013).

O PNAE conquistou muitos avanços ao longo de sua trajetória, especialmente a partir de 1995 e, mais particularmente, no período de 2003 a 2010. Dados do Ministério da Educação mostram uma importante ampliação do PNAE no período de 1995 a 2010, tanto em termos de alocação de recursos financeiros, como de cobertura populacional. Entre 1995 a 2010, o PNAE ampliou sua cobertura populacional de 33,2 milhões para 45,6 milhões de estudantes, enquanto a alocação de recursos financeiros passou de 590,1 milhão para 3 bilhões de reais (MEC, & FNDE, 2014).

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar (AE), em especial no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (Lei n. 11947, 2009).

A alimentação escolar proveniente da agricultura familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, permitindo que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil.

## **2.2 Agricultura Familiar**

A Lei nº 11.326/2006, considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e, simultaneamente: possua área inferior a quatro módulos fiscais; utilize mão de obra da própria família; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São também beneficiários desta Lei, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais (Lei n. 11326, 2006).

No Brasil, o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2006, revelou que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2006).

A agricultura familiar representa papel importante para o desenvolvimento e crescimento do país. O setor apresenta-se em crescente expansão movimentando a economia e contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico, através da criação de empregos e diminuição do êxodo rural a partir da geração e distribuição de renda (Damasceno; Khan & Lima, 2011).



### 2.3 O PNAE e a Agricultura Familiar

Sendo a agricultura familiar responsável pela produção de grande parte dos gêneros alimentícios importantes à segurança alimentar (Costa; Gomes; Lirio & Braga, 2013), a falta de incentivo a este setor, pode acarretar em aumento dos custos à produção urbana.

Em busca de promover crescimento e qualificação à agricultura familiar o governo implementou, em 2009, a Lei nº 11.947/2009, na qual a Agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino (MEC, FNDE, 2014).

A Lei nº 11.947/2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e em seu artigo 14 diz que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Lei n. 11947, 2009).

Quando empregadas adequadamente, as compras públicas podem produzir um serviço de alimentação escolar sustentável que proporciona dividendos sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que promove a cultura da sustentabilidade (Morgan, & Sonnino, 2010; Melão, 2012)

### 3 Metodologia

Do ponto de vista dos seus objetivos, a pesquisa desenvolvida é classificada como exploratória. Segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com o assunto, buscando torná-lo mais explícito, sem, contudo, aprofundá-lo demasiadamente.

Em relação aos procedimentos adotados, trata-se de uma pesquisa documental. Fachin (2001) e Gil (2002) caracterizam este tipo de pesquisa como aquela na qual a coleta de dados baseia-se em documentos e pesquisa bibliográfica.

A coleta de dados foi realizada no mês de março de 2015. Quanto ao período de publicação, a amostra da pesquisa foi obtida considerando-se os trabalhos publicados entre 1999 e 2015, correspondentes aos últimos 16 anos. O ano de 1999 foi escolhido por ser o ano da primeira publicação encontrada, desta maneira buscou-se uma maior compreensão das mudanças e progressos mais recentes da pesquisa e possibilitando a visualização de novos caminhos para futuras pesquisas.

A coleta de dados iniciou-se na escolha dos periódicos a serem pesquisados. Dado o tema do assunto, que relaciona questões agrárias, políticas e econômicas, e de saúde, foi definido que os periódicos pesquisados abordariam estes temas. Dividiu-se então, a amostra em duas áreas, as publicações nacionais e as internacionais.

Nas publicações nacionais, a pesquisa foi iniciada aos periódicos vinculados ao *website* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), que são os seguintes: *Brazilian Administration Review* (BAR), *Tecnologias de Administração e Contabilidade*, *Revista Administração Contemporânea* (RAC), *Revista Administração Contemporânea Eletrônica* (RAC-E) e *Revista de Administração de Empresas* (RAE).



Esta escolha se deu devido à maior conveniência de acesso à base de dados destes periódicos e, principalmente, por sua avaliação perante o sistema *Qualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no qual tais periódicos possuem classificação entre A e B. Entretanto, não foram encontrados trabalhos relacionados ao tema nestas revistas.

A busca em periódicos nacionais seguiu então em ordem decrescente de *Qualis*. Na área de administração e economia foram pesquisados os periódicos: *Brazilian Business Review* e Revista Brasileira de Economia. Na área agrícola foram pesquisadas as revistas: CERNE, Ciência e Agrotecnologia, Ciência Rural e Engenharia Agrícola. Na área da saúde foi pesquisada a revista Ciência e Saúde Coletiva.

Nos trabalhos internacionais utilizou-se como base de busca o portal virtual *ScienceDirect* que reúne vários periódicos internacionais. Para estes trabalhos internacionais estabeleceu-se como critério de pesquisa os periódicos que possuíssem uma classificação conforme consulta ao sistema *Qualis* da CAPES. Foram pesquisados os periódicos *Agricultural Systems* e *Food Control*.

Para a busca de teses e dissertações, foram utilizados três portais de buscas: o bando de teses da CAPES, a Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP) e a biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), consideradas as melhores universidades do Brasil.

Na Tabela 1 são mostrados os periódicos e bibliotecas digitais pesquisados e sua classificação de acordo com a Tabela *Qualis*.

**Tabela 1.**  
Periódicos e bibliotecas digitais pesquisados.

<b>Título</b>	<b>Estrato</b>
Brazilian Administration Review	A2
Tecnologias de Administração e Contabilidade	B3
Revista Administração Contemporânea	A2
Revista Administração Contemporânea Eletrônica	A2
Revista de Administração de Empresas	A2
Brazilian Business Review	A2
CERNE	A2
Ciência e Agrotecnologia	A2
Ciência e Saúde Coletiva	A2
Ciência Rural	A2
Engenharia Agrícola	A2
Revista Brasileira de Economia	A2
Agricultural Systems	A1
Food Control	A1
Biblioteca Digital USP	-
Biblioteca Digital Unicamp	-
Banco de teses Capes	-

**Nota:** Fonte: Dados da pesquisa

As palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram: agricultura familiar; PNAE; Programa Nacional de Alimentação Escolar; desenvolvimento sustentável; sustentabilidade; produto orgânico; e políticas públicas. Foram selecionados trabalhos em que as palavras-



chave estivessem inseridas no título, palavras-chave ou resumos. Foram excluídos trabalhos que apresentassem as palavras-chave, porém com temas que não contemplassem a abordagem da pesquisa. Por exemplo, foram excluídos trabalhos contendo a palavra-chave produtos orgânicos que tratavam de reações químicas orgânicas.

Após a seleção dos trabalhos, foi realizada leitura dos seus resumos e uma análise quantitativa e qualitativa das publicações encontradas, que contemplou:

- volume de artigos e teses/dissertações publicados no período;
- volume de artigos por periódicos;
- volume de artigos nacionais e internacionais;
- volume de artigos por estrato de avaliação;
- evolução anual das publicações;
- número de autores por artigos;
- classificação do tema central do artigo e teses/dissertações;
- classificação do caráter da pesquisa dos artigos e teses/dissertações.

#### 4 Análise dos resultados

Foram obtidos, no total, 73 estudos, sendo 52 deles nacionais e 21 internacionais. Na Tabela 2 são mostradas as quantidades de estudos obtidos por periódicos e bibliotecas digitais pesquisados e sua classificação de acordo com o sistema *Qualis/CAPES*.

**Tabela 2.**  
Periódicos e bibliotecas digitais pesquisados.

<b>Título</b>	<b>Estrato</b>	<b>Estudos</b>
<i>Brazilian Administration Review</i> *	A2	0
Tecnologias de Administração e Contabilidade*	B3	0
Revista Administração Contemporânea*	A2	0
Revista Administração Contemporânea Eletrônica*	A2	0
Revista de Administração de Empresas*	A2	0
<i>Brazilian Business Review</i>	A2	0
CERNE	A2	0
Ciência e Agrotecnologia	A2	4
Ciência e Saúde Coletiva	A2	10
Ciência Rural	A2	0
Engenharia Agrícola	A2	0
Revista Brasileira de Economia	A2	0
<i>Agricultural Systems</i>	A1	17
<i>Food Control</i>	A1	4
Banco de teses Capes	-	22
Biblioteca Digital USP	-	7
Biblioteca Digital Unicamp	-	9
<b>Total</b>		<b>73</b>

Nota: Fonte: Dados da pesquisa.

\*Revistas Vinculadas à Anpad.

Os trabalhos nacionais representam 71,2% da amostra analisada, enquanto que os trabalhos internacionais representam 28,83%. Essa diferença pode ser justificada devido à busca das teses e dissertações ter sido realizada apenas em bases de busca nacionais. Deu-se



preferência à busca em trabalhos nacionais para relacionar a agricultura familiar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo federal brasileiro.

Ainda assim, os trabalhos internacionais mostraram-se muito interessantes para estudar as políticas públicas de outros países utilizadas para a agricultura familiar e ao cultivo de produtos orgânicos. A Tabela 3 mostra o número de autores por artigo. Nesta análise foram separados os artigos das teses e dissertações, já que estes últimos sempre são escritos somente por um autor.

**Tabela 3.**

Quantidade de autores por estudo.

Origem	Número de autores	Estudos	%
Nacional	1	2	14,3
	2	1	7,1
	3	2	14,3
	4	3	21,4
	5 ou mais	6	42,9
	<b>Sub-Total</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>
Internacional	1	0	0,0
	2	3	14,3
	3	9	42,9
	4	3	14,3
	5 ou mais	6	28,6
	<b>Sub-Total</b>	<b>21</b>	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,0</b>	

Nota: Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao número de autores, como mostra a Tabela 3, a grande maioria dos trabalhos nacionais foi escrita por mais de um autor, sendo que quase metade dos trabalhos foi escrito por 5 ou mais pesquisadores. Os artigos internacionais foram todos escritos por mais de um autor, sendo quase metade deles escritos por 3 autores. Vários artigos, inclusive, possuíam autores de áreas de pesquisa diferentes. A Tabela 4 mostra a quantidade de publicações por ano.

**Tabela 4.**

Quantidade de publicações por ano.

Ano	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	Total
N	0	1	0	1	0	2	0	0	2	2	0	2	12	12	11	7	0	52
I	1	0	2	0	0	1	1	1	1	0	0	0	3	4	2	3	2	21
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>73</b>

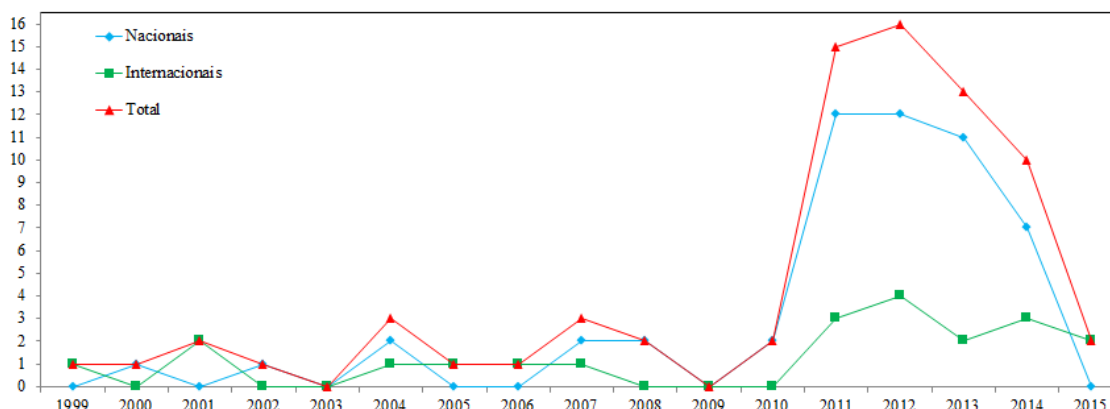
Nota: Fonte: Dados da pesquisa.

N-Nacionais; I-Internacionais.

Como pode ser visualizada na Tabela 4, no período pesquisado a maior quantidade de publicações internacionais aconteceu nos anos de 2011 e 2012, porém não foi uma diferença descomunal, já que o número de publicações foi 4. A quantidade de publicações mostrou-se de certa maneira constante, com pequenas oscilações entre 0 e 4.



Em relação ao número de publicações nacionais, este também apresentava pequenas oscilações até o ano de 2009. Assim como nas publicações internacionais, a maior quantidade de publicações nacionais ocorreu nos anos de 2011 e 2012, neste caso, as diferenças foram significativas, com 12 publicações em cada ano e 11 publicações em 2013. Em 2014 o número de publicações também foi significativo, com 7 trabalhos publicados. A Figura 1 facilita a visualização deste pico e o comportamento das publicações com pequenas oscilações no restante do período.

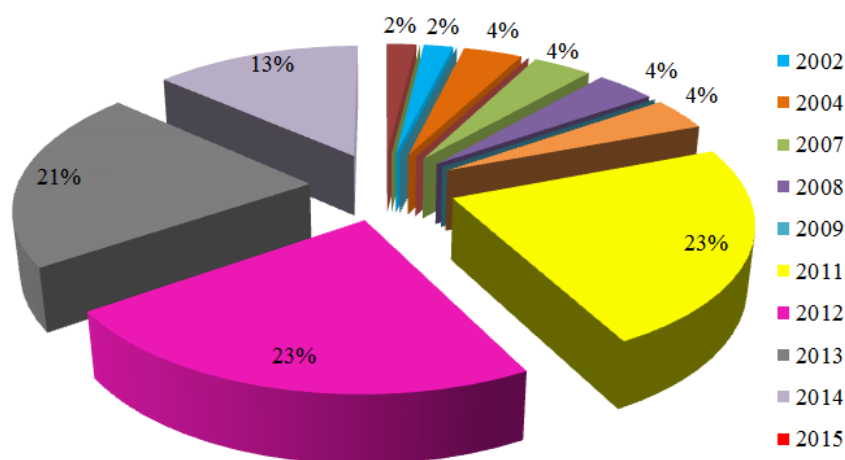


**Figura 1.** Quantidade de publicações por ano.

**Nota:** Fonte: Dados da pesquisa

Roder e Silva (2013), ao realizar um estudo bibliométrico sobre teses de doutorado no Brasil cujo tema fosse agricultura familiar, notaram este mesmo comportamento de aumento a partir de 2009. Esse aumento de publicações está, provavelmente, atrelado ao decreto da Lei nº 11.947/2009 e mostra a sintonia das universidades com a nova agenda de desenvolvimento nacional, na qual se tem fortes indícios de que agricultura familiar tem participação assegurada.

A Figura 2, que representa a distribuição de trabalhos nacionais (artigos, teses e dissertações), evidencia o aumento de publicações a partir de 2009, principalmente nos anos de 2011 e 2012. A pequena quantidade de publicações em 2015 não deve ser levada em consideração por ser ainda o ano corrente.

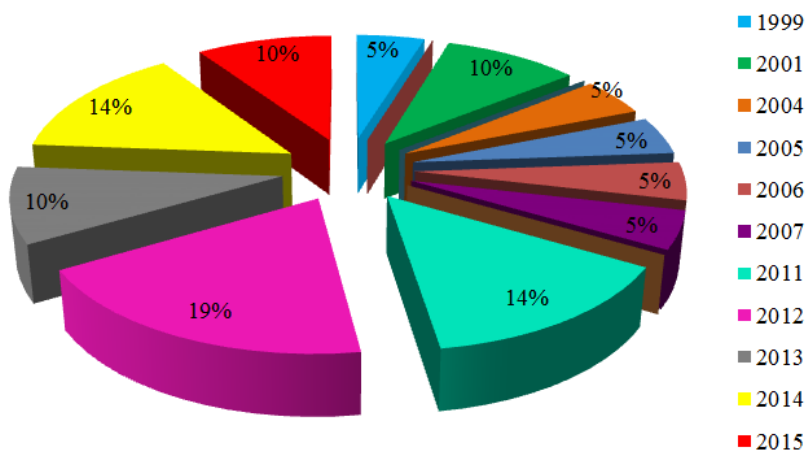


**Figura 2.** Distribuição de publicações nacionais por ano.

Fonte: Dados da pesquisa.

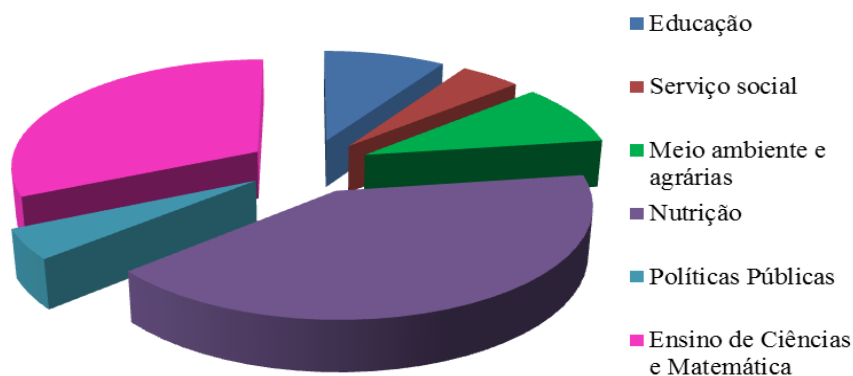


Os dados apresentados na Figura 3 demonstram que nos trabalhos internacionais o aumento de publicações não foi tão significativo. Isto porque, aparentemente, em outros países não houve recentemente nenhum fator que possa ter influenciado na quantidade de publicações, como houve no Brasil, com o decreto da Lei nº 11.947/2009. Mesmo assim, o aumento mostra que esse assunto tem sido objeto de estudo e interesse dos pesquisadores atualmente.



**Figura 3.** Distribuição de publicações internacionais por ano.  
**Nota:** Fonte: Dados da pesquisa.

O banco de teses da Capes fornece a área de conhecimento de cada tese e dissertação disponibilizada. Na Figura 4 são mostradas as áreas de pesquisa das teses/dissertações pesquisadas neste estudo.



**Figura 4.** Áreas de pesquisa das teses/dissertações do banco de teses Capes.  
**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dessas informações ressalta uma característica já identificada no início do trabalho (definição dos periódicos a serem pesquisados), de que este é um assunto multitemático, que abrange diversas áreas de pesquisa. Em relação aos artigos, de maneira geral, os temas mais abordados foram diferentes nos trabalhos nacionais e internacionais. Na Tabela 5 são mostrados os assuntos abordados.



**Tabela 5.**

Assuntos abordados nos artigos pesquisados.

<b>Assunto do trabalho</b>	<b>Internacionais</b>	<b>Nacionais</b>
Sustentabilidade	11	1
Agricultura familiar	5	2
Agricultura orgânica	5	0
PNAE/Segurança alimentar e nutricional	0	11
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>14</b>

**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa

Nos trabalhos internacionais, o tema de destaque foi ‘sustentabilidade’, enquanto que nos trabalhos nacionais destacou-se a influência e importância das ‘políticas públicas’ no desenvolvimento da agricultura familiar e também a importância nutricional do Programa na saúde dos alunos.

Gil (2000) afirma que toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação aos objetivos das pesquisas, as teses podem ser classificadas em exploratórias, descritivas e explicativas.

As pesquisas exploratórias envolvem, na maioria dos casos, levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiência com o problema pesquisado. As pesquisas descritivas possuem, como uma de suas características mais significativa, a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática. As pesquisas explicativas valem-se, quase que exclusivamente, do método experimental (Gil, 2000).

A Tabela 6 mostra a classificação das teses e dissertações pesquisadas.

**Tabela 5.**

Classificação das teses e dissertações pesquisadas.

<b>Caráter da pesquisa</b>	<b>Quantidade de estudos</b>
Exploratória	9
Descritiva	24
Descritiva-exploratória	5
Total	38

**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode notar, a grande maioria das publicações tratou de estudos descritivos, utilizando instrumentos de coletas de dados e programas estatísticos de análise de dados. Possuíam em comum o fato de se tratarem de estudos de caso, focados em estudar, analisar e buscar soluções para situações regionais. Alguns deles incorporam a este tipo de estudo a revisão bibliográfica, caracterizando a pesquisa como descritiva-exploratória.

## **5 Considerações Finais**



O objetivo desta pesquisa foi analisar a produção científica sobre o tema agricultura familiar relacionado com o PNAE, por meio de artigos científicos, teses e dissertações produzidos entre 1999 e 2015.

Nos trabalhos pesquisados foram identificadas diversas abordagens demonstrando uma compreensão multifacetada do tema abrangendo áreas de ciências agrárias, ciências sociais, políticas e econômicas, engenharias e ciências da saúde em diversos Institutos, Faculdades e Programas de Pós-Graduação no Brasil e no mundo.

Porém, dois temas se destacaram nos estudos encontrados: o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e a influência de políticas públicas na agricultura familiar. Isto mostra que, apesar da grande abrangência do assunto, ainda existem temas que chamam mais a atenção dos pesquisadores, sejam por motivos ambientais, sociais ou políticos.

O grande aumento de publicações nacionais após a implementação da Lei nº 11.947/2009 demonstrou que a agricultura familiar sendo um segmento importante da economia nacional, é um assunto que tem recebido atenção das universidades revelada pela diversidade de estudos e pelo número de programas de pós-graduação envolvidos com a temática. Isto demonstra que tais instituições nacionais têm interesse nesse importante setor da economia do País, o que também mostra sintonia das universidades com a nova agenda de desenvolvimento nacional, na qual se tem fortes indícios de que a agricultura familiar tem participação assegurada.

## **6 REFERÊNCIAS**

Chaves, L. G., Santana, T. C., Gabriel, C., G., & Vasconcelos, F. A. G. (2013). Reflexões sobre a atuação do nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p.917-926.

Costa, L. V., Gomes, M. F. M., Lirio, V. S., & Braga, M. J. (2013). Produtividade Agrícola e Segurança Alimentar dos Domicílios das Regiões Metropolitanas Brasileiras. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba/SP, v. 51, n. 4, p. 661-680, Out/Dez.

Damasceno, N. P., Khan, A. S., & Lima, P. V. P. S. (2011). O impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba/SP, v. 49, n. 1, p. 129-156, Jan/Mar.

Fachin, O. (2001). *Fundamentos de metodologia*. 3.ed. São Paulo: Saraiva.

Gil, Antonio. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 175 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2006). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Censo agropecuário 2006. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf) Acesso em: 29 de abril de 2015.

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. (2006) Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm) Acesso em 29/04/2015.

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (2009). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível



em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em 29/04/2015.

Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (2014). Alimentação escolar. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-2583697-3759191-It\\_CARTILHA\\_O\\_ENCONTRO\\_DA-8200479.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-It_CARTILHA_O_ENCONTRO_DA-8200479.pdf) 2014. Acesso em 29/04/2015. Brasil. Ministério da Educação (MS). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Alimentação escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em 29/04/2015.

Melão, I. B. (2012) Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. Caderno IPARDES – Estudos e Pesquisas. Curitiba, v.2, n.2, p. 87-105, jul./dez.

Melo, P. L. R., & Andreassi, T.. (2010) Publicação científica nacional e internacional sobre franchising: levantamento e análise do período 1998 – 2007. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, v. 14, n. 2, art. 5, p. 268-288, Mar./Abr.

Morgan, K., & Sonnino, R. (2010). Repensando a alimentação escolar: o poder do prato público. In: *Worldwatch institute*. Estado do mundo: transformando culturas - do consumismo à sustentabilidade. Bahia: UMA, p.72-78.

Peixinho A. M. L. (2013). A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p.909-916.

Peixinho A. M. L., Abranches J., & Barbosa N. V. S. (2010). Políticas de Alimentação Escolar a partir da Estratégia Fome Zero. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome zero: uma história brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero. v.2. p. 93-103.

Roder E. S. F., & Silva, E. L. (2013). Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil. Transinformação. Campinas, v. 25, n. 2, p.111-126, maio/ago.